

Políticas públicas para pessoas com deficiência em angola

public policies for people with disabilities in angola

Cleiver Elieth Ventura Silvestre
Andrea Yumi Sugishita Kanikadan¹

RESUMO

Este estudo busca conhecer as políticas públicas existentes para pessoas com deficiência em Angola. Dada à crescente necessidade de torná-la visível para a sociedade, passou a ser questão fundamental na efetivação da inclusão social. O início deste movimento está relacionado a algumas manifestações sociais que surgiram, pressionando governos que passaram a se dedicar em criar políticas públicas com o objetivo de promover a inclusão social e garantir direitos e deveres das pessoas com deficiência. Assim sendo por meio da análise de documentos oficiais e da realização de entrevistas, buscou-se realizar um levantamento das políticas públicas para as pessoas com deficiência e sua importância para a inserção destas pessoas na sociedade. Trata-se de identificar os problemas enfrentados pelas famílias que têm membros com deficiência e as leis e diversos projetos existentes nessa área de estudo. Nota-se que mesmo que o governo de Angola realize grandes esforços em favor da criação de políticas públicas para pessoas com deficiência, a sociedade ainda não vê a inclusão do deficiente em várias esferas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Pessoa com deficiência. Angola.

ABSTRACT

This paper aims to know the existing public policies for people with disabilities in Angola. There is a growing need to make it visible to society. It has become a fundamental issue in social inclusion. The beginning of this movement is related to some social manifestations that have emerged, pressuring governments which initiated to dedicate themselves to creating public policies with the objective of promoting social inclusion and guaranteeing the rights and duties of people with disabilities. Thus, through a bibliographic survey and interviews, it was carried out a study of the public policies for people with disabilities and its importance to their inclusion in society. It intends to identify the problems faced by the families with people with disabilities and the projects and laws that exist in this field. It is noted that even if the Angolan government measures great efforts in favor of creating public policies for people with disabilities, society still does not see the inclusion of the disabled in various spheres.

Keywords: Public Policies. Disabled person. Angola.

¹ Autor correspondente: Andrea Yumi Sugishita Kanikadan - akanikadan@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A realidade existente sobre políticas públicas e deficiência ajuda a perceber o quanto as pessoas com deficiência são excluídas e discriminadas pela sociedade de uma forma geral. Esta afirmação pode ser reforçada pelo simples fato de se notar poucas pessoas com deficiência transitando pelas ruas no cotidiano. Ao passo que de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas, estima-se que 15,3% da população mundial (cerca de 978 milhões de pessoas dos aproximados 6,4 bilhões de habitantes em 2004) possuíam “deficiências graves ou moderadas”, enquanto 2,9% ou cerca de 185 milhões enfrentavam “deficiências graves”.

Não é fácil falar sobre esta forma de exclusão social, uma vez que é tão antiga quanto o processo de socialização. Historicamente, a inserção da pessoa com deficiência foi marcada pelas divergências dentre sociedades quanto à atribuição de suas causas e à forma como eram tratadas essas pessoas. Este tema ficou marcado também por diferentes culturas tradicionais onde muitas delas mostravam alguns problemas como aceitação com naturalidade das deficiências e acreditavam que a deficiência era causada por obra do demônio, feitiço ou mesmo até por forças do além.

Devido a existência de pessoas com necessidades especiais, na década de 60 vários países começaram a criar medidas para garantir os direitos iguais para pessoas com deficiência. Tendo em conta que as pessoas com necessidades especiais na maior parte das vezes eram discriminadas e praticamente eram excluídas por uma parte da sociedade, precisava-se urgentemente de políticas públicas que garantissem seus direitos.

O combate à exclusão social deve partir do governo que tem o poder e autonomia em elaborar políticas públicas destinadas a mudança desse quadro que ainda é vivenciado na atualidade. De acordo com o Ministério de Integração Social (MINARS) de Angola, existem programas de apoio social que visam a proteção social e a inclusão de cidadãos em risco de exclusão social, e desta forma garantem o acesso aos recursos, aos bens e aos serviços, bem como a promoção da igualdade de oportunidades de participação social, numa sociedade com melhor qualidade e coesão social. Com estes programas espera-se que a ação tenha como consequência o aumento da economia local através da justiça social e consequentemente trazer o resultado social e sustentável.

As políticas públicas para a deficiência são pouco faladas ou debatidas, fato que não deveria acontecer, visto que Angola é um país africano que possui número de deficientes considerado alto, sendo uma das grandes consequências da Guerra Civil. De acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística), existem 25.789.024 habitantes, sendo que 656.258 são portadores de deficiência o que equivale a 2,5% da população residente.

Devido a relevância do tema surgiu a necessidade de aprofundar sua compreensão por meio de uma pesquisa, no sentido de conhecer as políticas públicas existentes para pessoas com deficiência em Angola, tendo em conta, a importância deste tema na gestão pública, uma vez que ela desempenha um papel preponderante no desenvolvimento das políticas públicas.

Com este tema procura-se perceber quais são os mecanismos adotados pelo governo para o combate à exclusão social e a discriminação. O intuito é melhor entender porquê muitas vezes o ser humano discrimina indivíduos “diferentes” e a sociedade legitima essa exclusão. A partir deste ponto, para se elaborar políticas mais eficazes por parte do governo, é necessário um olhar mais próximo de cada segmento para poder entender como ocorrem as dinâmicas sociais.

Como objetivo geral busca-se conhecer as políticas públicas para as pessoas com deficiência em Angola e sua importância para a inserção destas pessoas na sociedade. Os objetivos específicos são: 1) identificar os problemas enfrentados pelas famílias que têm membros com deficiência; e 2) identificar as políticas públicas para pessoas com deficiência, suas leis e diversos projetos existentes nessa área de estudo.

A metodologia utilizada consistiu na pesquisa exploratória de caráter qualitativo, com o levantamento de dados secundários e primários. Os dados secundários foram obtidos a partir de artigos acadêmicos e revistas *online*, dissertações, livros, *sites* do governo angolano, do INE (Instituto Nacional de Estatística de Angola) e ONU (Organização das Nações Unidas) que abordam temas como as políticas públicas, pessoas com deficiência, seu histórico, sua atualidade, além de dados estatísticos e que posteriormente foram utilizados para o embasamento teórico do trabalho. Os dados primários, por sua vez, foram obtidos a partir de entrevistas contendo um roteiro de perguntas semiestruturadas realizadas com representantes de diferentes organizações em Angola. As perguntas focaram-se nos objetivos da pesquisa, envolvendo questões relacionadas a como são feitos os processo de integração social, os projetos existentes para pessoas com deficiência e as leis existentes. Foram 3 pessoas entrevistadas, duas pertencem a órgãos governamentais: chefe de departamento de Integração Social da Direção Nacional do Ministério de Integração Social (MINARS) e técnico de departamento de supervisão das política políticas de educação inclusiva do Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) e uma delas pertencente a uma organização não governamental (ONG), presidente da Federação Angolana das Associações das Pessoas com Deficiência (FAPED). As limitações do estudo referem-se à dificuldade de acesso às informações na pesquisa de campo e à ausência de mais estudos teórico-empíricos sobre o tema no país em questão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Breve histórico sobre as deficiências

A História da Deficiência no Mundo ficou marcada por grandes lutas e ao mesmo tempo grandes conquistas. Na antiguidade, os deficientes carregaram a imagem de deformação do corpo e da mente. O nascimento de uma pessoa nessas condições era visto como castigo de Deus e eram vistos como feiticeiros ou bruxos. Eram considerados seres diabólicos e para poder se purificar deviam ser castigados (BAROLO, 2011). No decorrer dessas trajetórias tristes que foram acontecendo ao longo da História constatou-se a existência de povos com outro tipo de atitudes como o caso por exemplo dos Tupinambás que sustentavam os feridos de guerra e os acidentados durante o período da recuperação ou durante toda vida. Também podemos ver os Semangs que é uma tribo na Malásia onde as pessoas com deficiência eram procuradas para dar conselhos ou até discutir disputas (ARAÚJO; BARBOSA JUNIOR, 2015).

Pode-se afirmar que a luta dos deficientes já se inicia quando são eliminados e abandonados pelos seus familiares. Apesar de tudo isso algumas pessoas com deficiência mostravam resistência como é o caso de Homero que foi um grande poeta da Grécia antiga e foi abandonado por sua mãe por ser cego, e mesmo sendo cego, Homero escreveu belos poemas, *Ilíada* e *Odisseia* (GUGEL, s/d). A partir deste exemplo, percebe-se que desde o princípio da história da Humanidade as pessoas com deficiência já possuíam habilidades porém, algumas leis que existiam na altura, não favoreciam o surgimento de oportunidades para essas pessoas sobreviverem. Ademais, muitas delas assim que nasciam eram mortas ou eliminadas de uma forma exposta.

Nesta altura, em Roma existiam leis mais conhecidas como Leis Romanas da Antiguidade. Essas leis permitiam matar crianças que nasciam com deformidades físicas; essas crianças eram afogadas, também em alguns casos os pais abandonavam seus filhos no rio Tibre ou mesmo em lugares sagrados. Foi visto também que no caso de alguns sobreviventes muitos deles eram explorados ou eram postos a trabalhar em circos para o entretenimento (GUGEL, S/d).

No império Romano surge o Cristianismo cuja doutrina ou ideologia era a caridade e o amor entre as pessoas. Desta forma foi a partir do cristianismo que começou-se a combater a prática de eliminação das pessoas com deficiência, o preconceito e o abandono por parte da família, uma vez que muitos acreditavam que as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência era castigo de Deus, e os mesmos os consideravam como pessoas bruxas ou feiticeiras, então precisavam ser castigadas para assim poder se purificar (BAROLO, 2011).

Esta realidade é vivenciada até hoje em alguns países da África Austral que é o caso prático de Angola. Por exemplo: Síndrome de *Dawn* ou deficiente físico é denominado como Sereia, e é visto como uma doença causada pela cólera dos espíritos ancestrais; as famílias acreditam que deve ser acalmado pela prática de rituais feito a margem do rio onde fazem homenagem a esses espíritos ancestrais. No caso da deficiência mental acredita-se que é consequência da prática de feitiçaria por parte dos parentes mais próximos. Percebeu-se que o nascimento de uma criança deficiente pode causar grandes problemas no seio da família pois muitas dessas famílias consideram a deficiência como forças do mal e pode ter como consequência a desarmonia da família e as acusações entre os pais por ter causado a deficiência à criança através de práticas sobrenaturais, podendo até causar a separação da família.

Os religiosos não tinham conhecimentos médicos, desta forma acreditavam que os deficientes poderiam ser curados pois enquanto o milagre não ocorria, os deficientes continuavam excluídos do convívio social. Pode-se perceber que o surgimento da igreja foi muito importante porque foi a partir dela que a deficiência foi assumida pelas famílias. A igreja acolheu e também combateu as práticas da eliminação de crianças que nascessem com deficiência.

O século IV ficou marcado pelo surgimento dos primeiros hospitais onde serviam como centro de caridade e abrigavam pessoas que não tinham condições financeiras para suprir ou satisfazer as suas próprias necessidades e pessoas com deficiência. Estes hospitais que tinham o objetivo de abrigar, educar e proteger essas pessoas acabavam por isolá-las do convívio social. Apesar dessas práticas serem feitas há muitos séculos, pode-se associar essa realidade aos dias de hoje onde alguns familiares, hospitais, escolas e outras demais instituições isolam deficientes do convívio ou integração social, pois acreditam que não podem conviver ou interagir com outras pessoas por não possuir as mesmas habilidades que as pessoas consideradas com habilidades ditas normais (ARANHA, 2001).

De acordo com Barolo (2011), após um longo período de extrema ignorância, a Idade Moderna ficou marcada pela transformação e o surgimento de novas ideias que ocorreu no século XIV. Os hospitais começaram com o desenvolvimento de atendimento para pessoas com deficiência onde os mutilados de guerra eram atendidos para o tratamento ortopédico e também para indivíduos cegos e surdos. Pinel (1745-1826) “explicou que pessoas com perturbações mentais devem ser tratadas como doentes, ao contrário do que acontecia na época, quando eram tratados com violência e discriminação”.

O século XVIII, marcado pela Revolução Industrial, ficou caracterizado pelo surgimento de indústrias e a produção mecanizada com o destaque da máquina a vapor, no século XVIII, especificamente na Inglaterra. Nesta fase, a deficiência deixou de ser apenas

causada pelas guerras, epidemias e algumas anomalias genéticas, sendo este período marcado também pelas condições precárias de trabalho que conseqüentemente fazia com que ocorressem acidentes e doenças profissionais, deixando assim muitas pessoas mutiladas e incapacitando-as para exercerem as suas funções (BAROLO, 2011).

Algumas calamidades que foram surgindo no decorrer dos anos como as guerras e os acidentes transformaram de uma forma muito radical a vida de pessoas, deixando graves sequelas como a deficiência. Foi na Revolução Industrial, a partir dessas evidências, que se criou o Direito de Trabalho e a Segurança Social.

Assim sendo, nos finais do século XIX percebeu-se uma grande mudança para as pessoas com deficiência. Houve maior atenção especial e a criação de organizações especializadas, como hospitais e abrigos com atendimento personalizado a indivíduos com deficiência. Iniciou-se também os estudos para os problemas de cada tipo de deficiência (BAROLO, 2011).

O século XX ficou conhecido por grandes mudanças, primeira e segunda guerra Mundial e pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Como consequência das duas guerras que ocorreram na altura, foi notado elevado número de pessoas que foram amputadas, ficaram cegas e outros tipo de deficiência física e mental. Foi exatamente no século XX que os indivíduos com deficiência começaram a ser considerados como cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, observou-se os primeiros movimentos organizados pelas famílias e anos depois outros integrantes, e mesmo assim, tais movimentos na altura sofriam críticas e discriminação. Na década de 60 surgem as contradições do sistema sociopolítico-econômico; nesta fase ficou evidente que custava muito ao sistema manter a população na improdutividade e segregação, e com o discurso de autonomia e produtividade seria uma forma interessante para a integração das pessoas com deficiência na sociedade.

Com isso, surgiram entidades planejadas para desenvolver meios para que os indivíduos pudessem voltar ao sistema produtivo. Isto envolvia treinamento e educação especial, meios que permitir-lhes-ia estarem preparados para o trabalho, envolvendo o conceito de integração (BAROLO, 2011).

Desta forma é notável que os deficientes em algumas culturas receberam bons tratamentos enquanto em outras culturas receberam tratamentos desumanos. Os movimentos sociais que foram surgindo ao longo do tempo lutaram pelo reconhecimento de direito dessas pessoas e ganharam integrantes vindo das diferentes áreas das esferas sociais.

Baseando no contexto histórico angolano, a deficiência ficou marcada pela guerra civil

vivida no país e teve como grande consequência e sequelas, o número elevado de pessoas com deficiência e também a saúde precária enfrentada pelo país.

Conceito de deficiência

Para melhor entendimento desta temática é importante aprofundar a definição da deficiência e a partir daí perceber que a visão de deficiência vai mais além do que aquilo que é habitual de se ver, como as cadeiras de rodas ou mesmo as muletas. Também estão incluídos os deficientes mentais, amputados, surdos e mudos. É importante destacar que essas diferenças são essenciais para as políticas de apoio aos deficientes.

O conceito de deficiência está diretamente ligado com os momentos históricos da humanidade, suas crenças e seus valores. Essa afirmação pode ser comprovada com a lida mais abaixo do trabalho quando se fala sobre a história da deficiência. Para a inclusão dos indivíduos na sociedade é fundamental que se conheça primeiro o conceito de deficiência para que assim seja possível conviver com harmonia e respeitando às diferenças.

Pessoas com deficiência são aquelas com algum tipo de alteração nos segmentos motor, mental, sensorial e múltiplo. Na concepção da Organização Mundial de Saúde (OMS), a deficiência é uma perda ou anormalidade de estrutura do corpo ou função corporal fisiológica, incluindo as mentais (OMS, 2012). Do ponto de vista médico, a deficiência é a incapacidade de uma ou mais funções do indivíduo, ao que se refere a perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Percebeu-se que a deficiência pode ser caracterizada de algumas formas, a saber: a deficiência permanente que é identificada pela impossibilidade de recuperação, a deficiência congênita na qual a pessoa nasce portadora e a deficiência adquirida que se adquire ao longo da vida.

Quanto ao direito do trabalho para o pessoa com deficiência foi estabelecida uma definição pela Organização Internacional do trabalho (OIT), que assim estabeleceu quais são os indivíduos sujeitos a serem incluídos na legislação trabalhista. A convenção 159 da Organização Nacional do Trabalho (OIT), de 1983 define pessoa com deficiência como: “... todo individuo cuja possibilidade de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental” (OIT, 1983).

Ações de inclusão social

A inclusão social surge do processo de exclusão onde tenta aproximar aqueles que foram excluídos ou postos de lado. A inclusão tem ganhado bastante destaque nas últimas décadas no mundo e inclusive em Angola. O processo de inclusão em todas as esferas, como a acessibilidade na escola, no trabalho, nos edifícios etc. ainda é um grande desafio do século XXI. Por outro lado, apesar de inúmeras dificuldades pode-se observar um crescente avanço no processo de aceitação de tais ideias na sociedade.

A ideia de não eliminar a participação das pessoas com deficiência de desempenho e destaque em ocupações na sociedade ainda é muito recente, e essas conquistas foram concretizadas graças a muitas manifestações, e também por meio de convenções onde era pautado e definido em termos de leis, os direitos das pessoas com deficiência.

A inclusão consiste na busca imediata da criação de condições que garantem o acesso e a participação de todos e de cada um investindo no rompimento de barreiras sociais, físicas, de comunicação e atitudinais. Percebe-se que é importante a discussão sobre a inclusão na sociedade, porque a garantia da participação social de cada pessoa, o respeito a características como gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, psicológicas e etc. surgem como uma forma de promover a reivindicação por uma sociedade justa e igualitária. Falar sobre inclusão social significa falar de uma sociedade que acolhe e respeita a diversidade humana, em termos de atividade ou mesmo nos diferentes tipos de relacionamentos. A inclusão pode ser considerada como uma inovação onde existem movimentos mundiais de pessoas com deficiência e seus familiares que lutam em busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

A década de 80 ficou marcada pelas lutas e direitos das pessoas com deficiência; a partir dessas conquistas, a prática de integração social se tornou mais presente. Porém novos estudos feitos pela comunidade acadêmica descobriram-se que a integração não era suficiente e considerava-se que as pessoas com deficiência não participavam de maneira plena e igual aos demais, desta forma existiu a necessidade do desenvolvimento de um novo conceito para que houvesse mudanças em relação ao quadro vivenciado na época. Assim sendo surge um novo conceito que é denominado como inclusão social que segundo Sasaki (1997, p. 41) conceitua “como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Quanto ao processo de integração, há muitas formas de lidar com preconceitos; é possível acabar ou reduzir com atividades ou ações de sensibilização a partir da existência das Escolas inclusivas, empresas inclusivas, lazer inclusivo e etc.

A Escola inclusiva desempenha uma grande responsabilidade social porque é dentro dessa instituição que se tem a construção de conhecimento objetivando acolher todos que apresentam alguma diversidade promovendo assim uma sociedade igual para todos como está previsto na constituição de Angola. A educação especial é um ensino que visa desenvolver as potencialidades e habilidades das pessoas com deficiência, pode se atingir todos os níveis de ensino, desde o ensino infantil até o superior. A educação especial surgiu nos finais do século XVIII no continente Europeu e foi uma época que ficou marcada pela ignorância e rejeição do indivíduo com deficiência (SILVA, 2009; OLIVEIRA; POKER, 2002).

Em Angola, o sistema educativo colonial, não envolvia o atendimento escolar das pessoas com deficiência. Após 4 anos de independência, em 1979 foi implantado a educação especial pelo decreto no 56/79 de outubro e a partir desta data foi se criando mínimas condições, permitindo assim o funcionamento das Escolas de Ensino Especial. Nessa altura, abriu-se caminho para a Educação Especial sob a responsabilidade da Direção Nacional da Educação Especial e atualmente conhecida como Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) que foi uma das instituições entrevistadas neste estudo.

Políticas públicas para pessoas com deficiências

A literatura sobre políticas públicas destaca o papel dos governos em agir em prol da sociedade. Souza (2007) refere-se ao conceito de política pública como sendo as atividades e ações de um dado governo para produzir efeitos que influenciem a vida dos cidadãos. O ciclo de políticas públicas entende a política pública como um processo deliberativo que envolve como primeira etapa, a definição da agenda (SOUZA, 2007). Nesta etapa, é importante a mobilização dos diversos atores que compõem o processo decisório das políticas a serem implementadas, pois há grande espaço para a participação da sociedade.

Dessa forma, as políticas públicas concedidas para pessoas com deficiência devem responder as reais necessidades das pessoas com deficiência. As pessoas que se beneficiam dessas políticas públicas devem identificar-se e apropriar-se dessas políticas e isso só é possível acontecer quando se participa democraticamente desde o início de todo o processo.

O Estado através do poder executivo ao conceder e implementar políticas públicas deve articular programas sociais concretos em prol da melhoria e qualidade de vida das pessoas com deficiência. O Estado juntamente com poder jurídico deve garantir o cumprimento rigoroso de diplomas legais referentes as pessoas com deficiência bem como responsabilizar de forma exemplar os violadores dos aludidos direitos; as instituições democráticas podem ser o órgão responsável a resolver ou tratar desse tipo de acontecimento. As organizações da sociedade

civil podem auxiliar o Estado no cumprimento dessas tarefas exercendo a função de monitoria da implementação efetiva dos instrumentos de proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

Sobre diversas convenções que foram tendo ao longo do tempo sobre os direitos das pessoas com deficiência, a convenção que teve mais impacto e é a mais conhecida até os dias de hoje foi a convenção sobre o direito das pessoas com deficiência realizada em 03 de dezembro de 2006. Esta convenção foi realizada na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque e foi aprovada por 127 países, quando ficou marcada como um importante instrumento legal no reconhecimento e promoção dos Direitos Humanos e das pessoas com deficiência e na proibição da discriminação contra essas pessoas em todas as áreas da vida incluindo outras previsões específicas no que diz respeito a reabilitação e habitação, educação, saúde, acesso à informação, serviços públicos etc.

No contexto angolano foi possível verificar que o executivo tem juntando esforços para desenvolver importantes reformas no setor social tendo como prioridades as questões referentes às pessoas com deficiência, pois é a parte da população mais pobre e carente de maior atenção do Estado para responder certas dificuldades e debilidades em seu cotidiano. O Executivo Angolano aprovou diplomas legais e tomou medidas concretas, como a política da pessoa com deficiência, a criação do Conselho Nacional da pessoa com deficiência, o plano integrado de ações sobre a deficiência, a lei da pessoa com deficiência e a estratégia de inclusão das pessoas com deficiência (ANGOLA, 2016).

Essas políticas foram integradas para conscientizar as pessoas para aprender a conviver com os deficientes e garantir os direitos das pessoas com deficiência e criar normas que regulem as políticas em favor das pessoas com deficiência.

De acordo com Teixeira (2010), na sua dissertação de mestrado sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil, a autora afirma sobre a deficiência no mercado de trabalho que “A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é de responsabilidade do governo e das empresas”; a autora afirma também que “com a expansão do capitalismo, as empresas assumiram ou dividiram responsabilidades que eram anteriormente do governo. Kassir (2011) afirma que os países capitalistas implementaram as políticas sociais com o Estado de Bem estar social (*Welfare State*) desde o início do século XX até meados da década de 1970, quando um movimento de reordenamento econômico foi instituído com a implementação de políticas neoliberais que restringiram a ação estatal na esfera das políticas sociais.

Nesta realidade, aquilo que o estado deixou de fazer, passou a ser feito por entidades privadas. Além do mais, reforçou-se o discurso sobre trazer a diferença para dentro da empresa,

combatendo o preconceito e reconhecendo a igualdade essencial entre as pessoas, como uma atitude que faz parte da postura ética a ser adotada como valor e prática nos negócios.

Sobre esse contexto, Kassir (2011) afirma que existe uma tensão entre ter conquistado direitos, inclusive na legislação, mas a dificuldade de implementá-los. Continuando essa linha de pensamento o autor faz menção à Educação Especial dizendo que mesmo com muita luta, a conquista do direito assegurada na legislação, “sofreu os impactos das redefinições no papel do Estado e dificuldades na sua materialização”.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para cumprir o objetivo deste estudo que é “Demonstrar a importância das políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência”, será retomada a pesquisa de campo feita em Angola, com os entrevistados A, B e C, pertencentes a duas instituições da esfera pública que são o Ministério de Integração Social (MINARS) e o Instituto de Ensino Especial (INEE) e a ONG, respectivamente. Ressalta-se que nesta última organização, o entrevistado é deficiente e abordou de uma forma geral as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam e a outra sobre a funcionalidade das ONGs. Foi possível perceber que existem políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, e todas elas estão estabelecidas no decreto de Lei da constituição Angolana.

Nessas entrevistas foram abordados alguns programas que são desenvolvidos por essas organizações em favor da integração social e da Educação Especial. Porém os entrevistados afirmaram que para além dos feitos até a atualidade, ainda é necessário mais ações na construção de políticas públicas para pessoas com deficiência e fazer com que elas funcionem tal como foi planejado sem haver nenhuma violação das leis estabelecidas.

As entrevistas demonstram que a maioria das pessoas com deficiência existente no país são vítimas da guerra civil e de algumas epidemias que o país sofreu na época de guerra como é o caso da doença poliomielite que na altura deixou muitas crianças com paralisia parcial ou total. Atualmente, há também pessoas com deficiência provenientes dos acidentes rodoviários devido aos excessos de velocidades, estrada em péssimas condições, consumo excessivo de álcool etc.

De acordo com o material fornecido pelo Entrevistado A, os programas e projetos desenvolvidos para as pessoas com deficiência estão divididos em categorias aonde destaca-se o seguinte:

1. Programa de apoio social: estabelecido como medida de proteção social dos grupos vulneráveis, materializa-se através de diferentes projetos sociais nomeadamente: Assistência

com bens alimentar as famílias vulneráveis, Assistência e proteção às crianças e adolescentes com necessidades especiais, Atribuição de meios de locomoção e ajudas técnicas as pessoas com deficiência, Assistência as populações afetadas por sinistros e calamidades naturais, Apoio com chapas de zinco e kits de integração para a melhoria das condições habitacionais das pessoas vulneráveis, e Apoio alimentar e não alimentar as instituições sob controle do governo e de solidariedade social. Estes programas têm os seguintes beneficiários: pessoas com deficiência, jovens em situação de risco, mães chefes de família, repatriados, refugiados asilados em Angola e outros cidadãos em situação de pobreza, devidamente identificados nas comunidades.

2. Programa de geração de trabalho e renda: consiste em proporcionar oportunidades de ocupação remunerada, às diferentes categorias de grupos vulneráveis que se encontram sob atendimento direto dos governos provinciais através das direções provinciais de assistência e reinserção social. O programa de geração de trabalho e renda materializa-se através de diferentes projetos sociais nomeadamente: atribuição de kits profissionais, e expansão das cooperativas de: serralharia, corte e costura, barbearia, revenda de refrigerantes, sapataria, reparação de rádio-tv, moto-táxi, quiosques, fabricação de blocos compactados, moinhos comunitários, pesca artesanal, apicultura/produção de mel, produção de óleo de palma, criação de animais de pequeno, médio e grande porte, escola de informática e quiosque do engraxador. Os beneficiários deste programa são: Pessoas com deficiência, jovens em situação de risco, Mães chefes de família, repatriados, refugiados asilados em Angola e outros cidadãos em situação de pobreza, devidamente identificados nas comunidades.

3. Programa de reabilitação baseada na comunidade: consiste em proporcionar assistência e apoio psicossocial de forma integral e multisetorial, às pessoas com deficiência (PCD), tendo em conta os recursos sociais direcionados à PCD, no quadro de um processo de desenvolvimento comunitário, progressivo, flexível e participativo, baseado nas condições, necessidades e disponibilidade da comunidade. Diferente dos outros programas citados acima, este programa desenvolve apenas um programa que é o projeto de sustentabilidade, destacado pelo serviço de apoio psicossocial e reabilitação da comunidade. Quanto aos beneficiários deste programa, ele é especificamente destinado a pessoas com deficiência, ou seja, este programa é diferente dos demais citados porque ele é especificamente para as pessoas com deficiência (PCD).

O entrevistado (B) que trabalha especificamente com a política de Educação Inclusiva do (INEE) afirma que a instituição trabalha em diferentes áreas e também nas deficiências que mais acometem a população: Deficiência auditiva, autismo, a auto debilidade, síndrome de *down*, entre outras. O entrevistado(B) afirma que relativamente sobre o trabalho das políticas de

educação inclusiva, a política é documento reitor que rege pelo funcionamento da instituição que é o instituto de educação especial (INEE) e esse mesmo documento contém aquilo que vai lhes permitir materializar os planos, as atividades e além de ser um novo projeto desta política que poderá dar sustentabilidade àquilo que se está a fazer.

Em linhas gerais, a Política Nacional de Educação Especial tem como objetivo promover a transversalidade dessa modalidade para assegurar o direito de acesso e participação Escolar dos alunos definidos como público-alvo ou seja a política tem como grande objetivo fazer com que as pessoas com deficiência interajam de igual forma com as ditas normais, que consigam lutar pela auto sustentabilidade reconhecendo então as suas limitações e garantindo a eles uma vida equiparada como todas as pessoas gostariam de ter.

O entrevistado relatou, algumas estratégias implementadas pela instituição para resolver algumas problemáticas que eles encontram por parte dos familiares que preferem isolar a pessoa com deficiência, porque acham que esse membro da família seja incapacitado e o impossibilitam de ir a escola. A respeito desse ponto, o entrevistado afirmou o seguinte:

“Um dos trabalhos importantes que o Ensino Especial vem fazendo é sensibilizar as próprias famílias (...) temos que fazer é não mantê-lo em casa porque existem especialistas que podem trabalhar com este aluno ou essa pessoa no sentido de aprender (...) temos pessoas surdas que hoje são professores, temos pessoas cegas que hoje também são professores e trabalham em diferentes áreas a nível social. A família aqui é um dos elementos importantíssimos para poder então desmistificar esses preconceitos que as pessoas têm”. (Entrevistado B)

O entrevistado ainda acrescenta dizendo que:

“(...) trabalhamos em cada ano com as províncias as quais dão um relatório de quantos estudantes foram inscritos, quantos estudantes desistiram, como foi o aproveitamento desses mesmos alunos ao longo do processo. (...) nem sempre as escolas estão próximas das pessoas (...) as vezes os pais não têm aquele tempo de levá-los a escola porque têm que trabalhar (...) Mas em suma registrou-se um aumento significativo de números de estudantes com deficiência porque o instituto foi dando formações a nível das províncias (...) houve também uma ampliação maior das escolas que oferecem a Educação Especial com 20 Escolas Especiais e 775 Escolas comuns que são aquelas escolas inclusivas.” (Entrevistado B)

Por fim, o presidente da ONG (entrevistado C), ofereceu sua contribuição dizendo que a ONG coordena a Federação Angolana das Associações das Pessoas com Deficiência, composta por 26 associações que trabalham com pessoas deficientes na área civil. O objetivo da federação é acompanhar e coordenar todas as atividades das associações e representar a sociedade civil ou os interesses das associações junto ao Governo. Portanto ela é o interlocutor entre as associações e o Governo.

Sobre as leis voltadas para pessoas com deficiência, afirmou que há muitas leis, por exemplo uma lei de subsídio para deficientes, mas não são cumpridas e isso faz com que muitas

pessoas com deficiência estejam nas ruas pedindo esmolas pois são, em geral, as famílias de camadas mais pobres.

O entrevistado mencionou alguns países que atualmente estão mais avançados em termos de políticas públicas para pessoas com deficiência como é o caso do Brasil e Portugal que são países que ele conhece e às vezes é chamado para participar em atividades como congressos que são realizadas para debates de algumas situações que as pessoas com deficiência ainda enfrentam.

É importante mencionar que este entrevistado é deficiente físico, logo as informações cedidas por ele foram de experiências como pessoa com deficiência e também como presidente daquela ONG. Sobre as políticas públicas existentes para pessoas com deficiência, o representante da ONG afirma que em virtude do empenho da organização em que atua, conseguem acompanhar as políticas públicas que são criadas. Por outro lado, não estão representados na Assembleia Nacional, que seria o local onde colocariam suas dificuldades.

A ausência da participação social nos processos políticos facilita a aprovação e implantação de leis que não atendem com eficácia a demanda desejada. Ainda relacionado a esse assunto, buscando contribuir para que as políticas públicas implementadas sejam conduzidas de forma correta, acredita-se que é dever da sociedade civil fiscalizar as ações do governo.

Essa fiscalização por parte da sociedade civil é necessária para o melhor andamento das políticas públicas, pois é a partir do controle social que é possível intervir em ações ou atos que não estão sendo realizados segundo o que está previsto na lei.

Ainda sobre este ponto deu exemplo da Lei de Acessibilidade, segundo ele:

“Por exemplo, a bem pouco tempo foi aprovado a Lei de Acessibilidade; nós aprovamos isso, mas nós aqui temos muitas barreiras arquitetônicas (...) antes de se começar a construir nós falamos sobre a questão da acessibilidade porque há portas em que a cadeira de roda não passa, mas o Governo não nos deu atenção sobre esse detalhe. A Federação teve que gritar (manifestar) na construção da centralidade do Kilamba onde não tinham projetado rampas nas construções dos prédios e tivemos que ir ao parlamento dizer a eles (Governo) que na sociedade Angolana também existem pessoas com deficiência ... Então foi por meio dessas discussões que se começou a construir as rampas nos prédios daquela centralidade, mas mesmo assim as construções de rampa não são suficiente para suprir a acessibilidade, inclusive isto é violação dos direitos das pessoas com deficiência.” (Entrevistado C)

Sobre as leis existentes o entrevistado ressaltou que com a Lei de Acessibilidade, foi criada a Comissão Nacional Social onde passaram a fazer parte de uma comissão de trabalho para detectar os problemas e escutar os deficientes nas suas necessidades. Isso foi pontual, pois a maior parte das decisões é feita unilateralmente.

Sobre a educação e empregabilidade para pessoas com deficiência, o representante da

ONG falou que é difícil pagar as exigências do Estado como cidadão, pois muitos não conseguem emprego. O entrevistado acrescenta o seguinte:

“Nos dias de hoje nós já temos deficientes visuais e auditivos formados em Direito, mas isso porque nós também tivemos que lutar contra aquele estigma (...) então o Governo começou a dar abertura e estipularam uma cota de 2% para emprego nas empresas onde na admissão dos trabalhadores tem que existir 2% de vagas reservado para pessoas com deficiência, se bem que muitos não cumprem porque muitos pensam que a pessoa por ser deficiente está incapacitada de trabalhar ou prestar algum serviço ou não terá algum rendimento.” (Entrevistado C)

Para terminar esta análise das entrevistas, pode-se perceber que a entrada na agenda de políticas públicas do tema sobre “inclusão social de pessoas com deficiência” foi surgindo a partir da criação de leis, programas, decretos etc. Assim sendo foi verificado que após aprovação de uma política pública, o processo de implementação deve ser cauteloso e acompanhado pelos governantes ou responsáveis. Com os dados obtidos, constata-se que existem políticas públicas para pessoas com deficiência. De acordo com o ciclo de políticas públicas apresentado por Souza (2007) e o fato de a população residente possuir algum tipo de deficiência, é possível analisar que esta condição pode ser vista como um problema que foi inserido na “Agenda” e assim foi discutida pelos governantes do País.

Capella (2006) argumenta que “Uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta atenção e o interesse dos formuladores de políticas públicas”. Assim sendo pode-se verificar que após a entrada para a agenda do governo de temas como inclusão social de pessoas com deficiência, número altos de pessoas com deficiência provenientes da guerra civil, calamidades, doenças e acidentes rodoviários e etc, foram criadas leis, programas e decretos com objetivo de viabilizar o processo e dar a devida atenção para as pessoas com deficiência, visto que na sociedade Angolana, em geral, pessoas com deficiência em sua maioria são de camada mais pobre ou de baixa renda. Dessa maneira, o Estado deve criar medidas financeiras, psicológicas e sociais para auxiliar essas pessoas e garantir os seus Direitos e Deveres como cidadão.

Contrariamente ao que se espera quando da criação de uma política pública, não existe a participação social. Principalmente aquela participação de pessoas que irão se beneficiar dessas políticas, de modo que elas mesmas consigam expressar as suas maiores dificuldades e explicar as causas que defendem. Verificou-se que essas políticas públicas, tem sua grande problemática no processo de formulação, fiscalização e avaliação, sem esquecer que a participação social é consideravelmente pequena. Nota-se a baixa atenção dada pelo governo à questão do deficiente apesar de existirem leis que argumentam a favor da inclusão.

A política de pessoas com deficiência está no Ministério de Integração Social (MINARS) coisa que não devia acontecer porque deveria estar ligado aos Direitos Humanos

pela sua aplicabilidade e o seu controle, pois foi possível perceber que há violação de direitos.

Cabe ressaltar e reconhecer que o Governo tem trabalhado em favor da implementação das políticas públicas para pessoas com deficiência. Também é importante considerar o fato de o país ter sofrido a guerra civil que conseqüentemente teve muitas sequelas, como o número elevado de vítimas que deixou muitos deficientes. Por outro lado, seria bastante interessante seguir o exemplo de outros países que têm trabalhado a mais tempo nas políticas públicas para pessoas com deficiência e considerar meios para que elas funcionem por completo e não haja irregularidades, pois foi este um dos grandes problemas verificados durante a pesquisa de campo.

CONCLUSÃO

É importante lembrar que este trabalho se limitou a estudar as questões relacionadas apenas com as pessoas com deficiência que possuem capacidade laboral e necessitam que seus Direitos e Deveres como cidadão sejam garantidos pelo Estado e pela sociedade civil.

De acordo com os levantamentos bibliográficos e entrevistas, verificou-se que existem políticas públicas para pessoas com deficiência em Angola, porém existem grandes dificuldades na efetivação dessas políticas.

Foi possível identificar o perfil da pessoa com deficiência, onde a pobreza está altamente relacionada com a deficiência, a falta de acesso a saúde, o saneamento básico, as infraestrutura e educação de qualidade, aumentando significativamente a chance de uma pessoa nascer ou adquirir algum tipo de deficiência.

O outro aspecto que também pode ser levantado aqui é o fato de o nível de escolaridade dos deficientes ser inferior ao nível de escolaridade de pessoas que não têm deficiência; uma das justificativas desse aspecto pode ser a dificuldade do acesso às escolas, ao material que tem que ser adaptado e ao fato de a sociedade de uma forma geral achar que o deficiente não pode trabalhar nem se qualificar, o que se tornou uma cultura ou um hábito as pessoas pensarem que aquelas com deficiência estão incapacitadas para exercer qualquer trabalho ou se qualificar.

De fato, é razoável reconhecer que o governo tem medido esforços e ações em busca de uma sociedade igualitária e mais inclusiva, mas a realidade verificada quanto aos resultados dessas políticas públicas que visam ao combate à exclusão, discriminação etc, não são muito satisfatórias. Notou-se que não há sintonia com as reais necessidades da sociedade, ou existe falta de comprometimento com solução para os problemas.

Sobre as políticas públicas é importante mencionar também o que o governo vem realizando. Há considerável atenção para as políticas públicas para pessoas com deficiência,

criando-se políticas, conselhos e programas que promovem e contribuem para a inclusão social, porém tais políticas não são bem utilizadas devido as ações mal formuladas.

A formulação de políticas sociais que busca incluir a pessoa com deficiência na sociedade não procura recorrer aos deficientes para saber sobre suas verdadeiras necessidades e prioridades. Fato este que faz com que a construção dessas políticas seja consideravelmente simplista, pois em geral são formuladas por pessoas que não serão os beneficiários na prática.

Quanto a implementação dessas políticas públicas, o problema é que há uma certa pressa de implementar as políticas no ambiente alvo sem que o mesmo seja devidamente preparado social e estruturalmente, e a pressa pode ser justificada pelo fato de se querer mostrar resultados imediatos dessas políticas.

Referente a sociedade civil, esta possui também uma responsabilidade nos resultados insatisfatórios na implementação das políticas públicas. A realidade angolana é caracterizada por ser um país democrático, mas que ainda não atua de forma participativa no acompanhamento dos processos nas fases de elaboração e implementação das políticas. O controle social é pouco utilizado, com isso há bastante dificuldade quanto a participação da sociedade em criticar e opinar.

Essa pesquisa possibilitou identificar o desempenho de uma organização não governamental e verificar o quanto a sua existência é fundamental em qualquer sociedade. As ONGs funcionam como porta vozes da sociedade e podem funcionar também como grupo de pressão sobre o governo que reivindica a formulação e adequação das Leis, e podem fazer enquadramento em determinados órgãos políticos para conseguirem repasses financeiros para se manter. Porém, há que se reconhecer o empenho das ONGs e o grande problema que muitas vezes enfrentam, o processo extremamente burocrático e demorado que faz com que muitas organizações não sobrevivam e acabem por desistir até do reconhecimento de oficialização por parte do governo.

Importante reconhecer que as ONGs normalmente são fundadas por pessoas que vivenciaram o problema ou estão ligados ao problema, fato esse que tornam as ações mais assertivas, e não se pode esquecer que as suas prestações de serviços contribuem bastante para o combate da exclusão social.

Tendo em conta a relevância do tema e algumas limitações que surgiram na coleta de dados, sugere-se investigações futuras relacionadas a esse tema, pois há carência de material bibliográfico que retratasse tais questões e poucos são os estudos nessa área na realidade angolana.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E REINserÇÃO SOCIAL. **Manual de Recursos de Apoio à Deficiência**. LUANDA, 2016.
- ANGOLA. Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. **Direitos inclusão e participação convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo opcional**. Luanda, 2014.
- ANGOLA. **Plano estratégico de desenvolvimento da educação especial para o período de 2007-2015. Cap I- Antecedentes /Contexto**. Luanda: Instituto Nacional de Educação Especial, 2006.
- ARANHA, Maria. Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência. **RMPT**: ano XI.no21.pp160-173.Março, 2001.
- ARAÚJO, Gilmar Vieira; BARBOSA JUNIOR, José Alberto. O dano moral decorrente da discriminação da pessoas com deficiência física no ambiente de trabalho. **Revista Jornada Científica**. v. 1 n. 2 (2016): Educação e Sociedade, Lorena, SP.
- BAROLO, Lorena, at al. Breve histórico da deficiência e os seus paradigmas. **RNEPIM**, Curitiba, v.2, p.123 -144. 2011
- CAPELLA, N. Cláudia Ana. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **RBIBCS**. Vol. 61, 2006.
- GUGEL, Maria. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**: Segundo AMPID. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 11. Jun.2017.
- KASSAR M.C.M(org): **Diálogos com a diversidade**: sentidos da inclusão. CAMPINAS. MERCADO DE LETRAS, 2011.
- OLIVEIRA, A.A.S.; POKER, R.B. Educação Inclusiva e Municipalização: Experiência em Educação Especial de Paraguaçu Paulista. **Rev. Bras. Esp**.v8, n2. p.233-244. Jul. Dez, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 04 jun 2017.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção no 159 sobre Reabilitação Profissional e Emprego** (Pessoas com Deficiência). Genebra, 1983.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência** / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo: SEDPCD, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Termologia Sobre Deficiência de Reabilitação. In: **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002.

SILVA, Lidia. M. DA. **Educação Inclusiva e Formação de Professores**. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso-Instituto Federal de Educação, Cuiabá – MT, 2009.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E., orgs. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

TEIXEIRA, Marina. C. A. Políticas Públicas Para Pessoas Com Deficiência No Brasil. 2010. 130f. Dissertação de **Mestrado**-FGV, São Paulo, 2010.